

LINHA EDITORIAL	7
APRESENTAÇÃO.....	11
1.ª SEÇÃO – DIREITO ADMINISTRATIVO	
SECTION 1 – ADMINISTRATIVE LAW	
A) TEORIA GERAL	
A) GENERAL THEORY	
O estudo do Direito Administrativo como linguagem <i>The study of Administrative Law as language</i>	
FLÁVIO GARCIA CABRAL	23
B) LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
B) BIDDING AND ADMINISTRATIVE CONTRACTS	
Contratos administrativos de desempenho com remuneração variável e condicionada ao êxito: possibilidades e limites à luz da Lei 8.666/1993 <i>Performance administrative contracts with success fee clause: possibilities and limits in the light of Law 8,666/1993</i>	
GUSTAVO BINENBOJM.....	51
Serviço de engenharia: roteiro prático para o planejamento da licitação. aplicação das diretrizes da instrução normativa SEGES/ MPDG 5, de 2017 <i>Engineering service: a practical guide for bidding planning. normative instruction guidelines application SEGES/MPDG 5, of 2017</i>	
MARINÉS RESTELATTO DOTI	65

A contratação por inexigibilidade de escritório de advocacia no Sistema "S": O caso do SEBRAE <i>The hiring of law firms by member institutions of the social autonomous brazilian service: The SEBRAE's case</i>	
EDVALDO NILO DE ALMEIDA	141
As compras governamentais como instrumento para impulsionar a inovação no país <i>Government purchases as an instrument to impulse innovation in the country</i>	
ANIELLO DOS REIS PARZIALE.....	159

C) CONTROLE

C) CONTROL

Disposições finais da Lei de Combate à Corrupção <i>Final Provisions of The Brazilian Anti-Corruption Law (Clean Company Act)</i>	
RICARDO MARCONDES MARTINS	187
A regulamentação do <i>whistleblowing</i> e o risco de inefetividade da Lei 13.608/2018 <i>The regulation of whistleblowing and the risk of ineffectiveness of Law 13,608/2018</i>	
ARTHUR EMANUEL LEAL ABREU e LARA SANTOS ZANGEROLAME TAROCO	231

2.ª SEÇÃO – REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA

SECTION 2 – ADMINISTRATIVE REGULATION

Incumbência da atividade administrativa regulatória <i>Incumbence of the regulatory administrative activity</i>	
ANDRÉ SADDY	253

3.ª SEÇÃO – DOUTRINA ESTRANGEIRA

SECTION 3 – FOREIGN DOCTRINE

El Precedente Administrativo en Uruguay <i>The Administrative Precedent in Uruguay</i>	
ADRIÁN A. GUTIÉRREZ	279

4.ª SEÇÃO – PARECER**SECTION 4 – LEGAL OPINION**

Parecer. Improbidade Administrativa. Proibição de Contratar com o Poder Público. Termo Inicial

Legal Opinion. Misconduct in Public Office. Ban on Government Contracting. Initial Date

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO 307

5.ª SEÇÃO – CONFERÊNCIAS E DEBATES**SECTION 5 – CONFERENCES AND DEBATES**

Administração Pública e controle de constitucionalidade

The Government and judicial review

GEORGES ABBOUD 315

Administração Pública e controle de constitucionalidade

The Government and judicial review

RICARDO MARCONDES MARTINS 331

Administração Pública e controle de constitucionalidade: debate

The Government and judicial review: discussion

GEORGES ABBOUD e RICARDO MARCONDES MARTINS 345

6.ª SEÇÃO – COMENTÁRIOS À JURISPRUDÊNCIA**SECTION 6 – COMMENTS OF JURISPRUDENCE**

RE 136.861: Responsabilidade civil do Estado em condutas omissivas

RE 136,861: State omission liability

IGOR VOLPATO BEDONE 359

7.ª SEÇÃO – ENTREVISTA**SECTION 7 – INTERVIEW**

Entrevista com Paulo de Barros Carvalho

AUGUSTO NEVES DAL POZZO e RICARDO MARCONDES MARTINS..... 369

8.ª SEÇÃO – MEMÓRIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO

SECTION 8 – RETROSPECTIVE OF ADMINISTRATIVE LAW

Medidas Provisórias

Provisional presidential decrees

PAULO DE BARROS CARVALHO 385

A relação jurídica tributária e as impropriamente chamadas
"obrigações acessórias"

Tax legal relationships and the improperly called "ancillary obligations"

PAULO DE BARROS CARVALHO 393

Natureza Jurídica da Concessão de Serviço Público

The Legal Nature of Public Service Concessions

OSWALDO ARANHA BANDEIRA DE MELLO..... 403

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA..... 443

PUBLICATION GUIDELINES FOR AUTHORS TO SUBMIT UNPUBLISHED ARTICLES 445